

## AS CONGREGAÇÕES CATÓLICAS E A DISSEMINAÇÃO DE ESCOLAS FEMININAS NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA.

Michelle Pereira da Silva ROSSI\*  
Geraldo INÁCIO FILHO\*\*

### RESUMO:

A proposta deste trabalho é estudar a presença das Congregações Católicas que chegaram no primeiro período Republicano no Oeste de Minas Gerais. Tais Congregações desenvolveram peculiar papel na formação dos jovens, principalmente das moças, em um contexto em que a Igreja Católica buscava consolidar a sua presença, ameaçada, diante das propostas republicanas. Daí a necessidade de configurarmos esta realidade numa perspectiva regional, buscando apreender o ideário educativo feminino, aliado a esta proposta evangelizadora da sociedade.

*Palavras-Chave:* Educação Feminina; Minas Gerais; Igreja Católica.

## THE ROMAN CATHOLIC CONGREGATIONS AND THE DISSEMINATION OF THE WOMEN'S SCHOOLS IN THE TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA.

### ABSTRACT:

The purpose of this work is to study the presence of the Roman Catholic Congregations the arrived in the first period of the Western Republic of Minas Gerais. These congregations developed a unique role in the formation of youth, especially of the women, in a context in which the Roman Catholic Church attempted to consolidate it's presence, Threatened by the Republican projects. Therefore the need to form this reality in a religious prospective, seeking to learn this educational objective of women, associated to this evangelistic proposal of the society.

*Key-Words:* Women's Education; State of Minas Gerais; Roman Catholic Church.

### Introdução

A Igreja Católica, diante dos novos tempos no contexto brasileiro, especificamente, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, implantou sua política de restauração através da educação. O que evidencia como a atividade educativa explica e reconstrói modelos ou ideologias, tornando-se essencial para atender as expectativas dominantes e suas representações na sociedade. Então, “educação é um produto da ideologia de seus promotores” (RAMALHO, 1976, p. 16). Portanto, é uma relação de poder ou dominação, pois é através das complexidades do processo educativo que as ações podem ser legitimadas ou habitualizadas por determinado grupo. Dado este significado é possível entender a relevância que a educação assumiu no contexto brasileiro, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIX, os diversos conflitos entre Igreja e República, que diante de suas ideologias, desenvolveram seus modelos de escolas: O modelo de escola pública para

uma estrutura de sociedade que firmava seus valores para o desenvolvimento, ou o modelo de escola confessional que atendia às aspirações reformadoras da Igreja Católica.

## 1. As Congregações Religiosas Femininas

O projeto de Restauração da Igreja no contexto brasileiro assumiu suas diferentes formas, adaptando-se às mudanças e aplicando seus objetivos em ações sociais políticas e religiosas.

A dimensão educacional não estaria isolada deste contexto, pois desde a chegada dos jesuítas a Igreja Católica desenvolveu objetivos definidos para a catequese dos índios adultos. Ao encontrarem problemas em relação a esta evangelização, passam a desenvolver o trabalho, direcionado para as crianças e, depois, para os brancos. Esta prioridade executada pela Companhia caracterizou-a como uma ordem docente, ou precisamente, uma ordem de escolas. Ao criá-la, Sto. Inácio não só confiava na educação, como forma de encontrar por meio dela novos membros para a Companhia, este era o primeiro fim, mas também, “preparar cristãos bem formados para os diversos cargos e funções da vida civil” (SCHMITZ, 1994, p.170).

Assim, a evangelização<sup>1</sup> vinculada ao ensino nas chamadas aulas catequéticas, consistia no ensinamento da doutrina católica, tinha como principal objetivo formar o “cidadão lusitano” ou a fé católica, termos que sob o regime do padroado, identificavam-se. Portanto, era um projeto político e religioso.

Neste aspecto, a evangelização estava caracterizada pelo domínio de terras, “passou a justificar o procedimento de opressão e escravidão de indígenas e africanos” (CRISTIANO, folheto, p. 1). É desta forma que a visão de Ramalho completa nosso pensamento: a “atividade educativa subordina-se a uma teoria da sociedade, que lhe vai fornecer critérios decisivos para a sua ação”. Então, ela fornece modelos de condutas (representações), para que seus alunos correspondam com tais perspectivas.

No entanto, é a partir de 1840, e se estende até 1889, que segue o momento de preocupação com a Reforma da Igreja, com objetivo de separar o clero da participação política. Aqui entendemos uma evangelização para “catolizar o povo brasileiro”. Daí a atenção com a difusão de escolas e a própria formação do clero, permitindo que a educação fosse importante meio para tal fim, portanto, uma catequese mais extensa.

As autoridades religiosas no Brasil “recorreram a institutos religiosos europeus para levar avante o movimento” da reforma segundo o espírito tridentino<sup>2</sup>. Os primeiros religiosos a se estabelecerem no Brasil na época imperial foram os Padres da Missão, seguidos pelas Filhas da caridade, ramo feminino da obra fundada por S. Vicente de Paulo. Em seguida, os jesuítas que conseguiram reentrar no país. “Já na última década do império chegaram ao Brasil os dominicanos e os salesianos” (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 9-10). Os dominicanos instalaram, em Uberaba, no ano de 1881, a sua primeira fundação; ao lado deles, em 1885, as Irmãs Dominicanas fundaram a escola para meninas.

A missão dos dominicanos também se organizava em reformar a moral do povo cristão, convocando as pessoas para regularizar os casamentos segundo a legislação eclesiástica. Estas congregações foram importantes na vida religiosa do povo e atuaram principalmente na região oeste de Minas e Goiás.

Estas reformas em âmbito nacional tiveram em Mariana, uma das primeiras dioceses do Brasil, importante inserção neste movimento. O bispo D. Viçoso (1844-1897), consolidou na diocese o trabalho dos lazaristas, que assumiram a direção do seminário e a chegada das Filhas da Caridade. Em 1889, a diocese já contava com o trabalho ativo dos Padres da

Missão, as Filhas da Caridade, além do antigo Recolhimento de Macaúbas, reformado na época de D. Viçoso (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 65).

A preocupação com a reforma do Recolhimento de Macaúbas aconteceu diante das constantes necessidades desenvolvidas sobre a educação que as famílias queriam proporcionar aos seus filhos. As escolas surgiram para sanar tais carências, tendo a Igreja se tornado importante educadora naqueles tempos, pois se iniciou na organização do ensino dos homens aqui no Brasil. Nessa época também se estruturava, por parte dos reformadores, o atendimento à necessidade de educar as mulheres.

No entanto verificamos que, desde o Império, as dificuldades em instituir a educação da mulher a colocava em defasagem na sociedade brasileira. Conquanto a Constituição Imperial prescrevia o ensino primário gratuito para todo o cidadão e determinava uma escolarização diferenciada para as mulheres, como se pode observar:

*desde o decreto de 15 de Outubro de 1827, o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém, se o Estado instituiu um currículo para a educação feminina, e outro mais completo para a educação masculina, não possibilitou, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não criou as escolas (MANOEL, 1996, p. 23).*

O Estado não possibilitou as condições para execução dos currículos nessas escolas, que, praticamente, não existiam, o ensino era precário e as escolas não tinham instalações apropriadas. A responsabilidade do ensino era conferida às províncias, que fizeram pouco caso dessa responsabilidade, devido aos gastos elevados para manter uma escola pública ou pela própria defesa do ensino privado.

Nesse conjunto de conflitos a formação feminina ficou prejudicada, pois as meninas cresciam analfabetas, sem uma mínima instrução, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento, ou viviam enclausuradas nos recolhimentos, como o de Macaúbas.

Conciliando o desejo de educar os jovens por parte das famílias, com o interesse do bispado pela disseminação do catolicismo na vida cotidiana dos fiéis, a educação da mulher assumiu novas proporções educacionais nestes institutos, atendendo à “clientela dos estratos superiores e médios da sociedade”, possibilitando que a criação dos internatos ou orfanatos masculinos e femininos encontrassem o apoio da sociedade (MUNIZ, 2003, p. 181). Os institutos religiosos femininos<sup>3</sup> destacaram-se na educação da juventude e em outras obras de assistência social, como o atendimento a hospitais, asilos e orfanatos.

Estes colégios eram vistos pelo bispado como importante espaço para a formação moral e religiosa. Por isto, se a preocupação com a internalização do catolicismo era essencial, por que não começar com a educação das meninas que exerceram importante papel nas suas futuras famílias?

De certa forma, esta realidade reforçou a presença de instituições privadas, principalmente, católicas, responsáveis pela formação de professoras para o setor público, não deixando de transmitir a influência religiosa: “há um ethos religioso fundante na formação dessas primeiras professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p. 73). Pois, estas congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe.

Nas primeiras décadas da República, pouco mudou quanto à educação da mulher, e certas características foram perpetuadas, como o baixo nível da educação feminina, defendidos em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família. Uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre o homem e a mulher, perpetuou essa imagem com o intuito de manter a supremacia masculina sobre o gênero feminino:

*O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita [...] (SAFFIOTI, 1976, p. 206).*

Essas desigualdades tornaram-se estratégias para a Igreja, que aliada aos interesses sociais, era a principal responsável pela educação feminina também no período republicano. Não é em vão que entre 1872-1930, 58 congregações masculinas se estabeleceram aqui, um número bem reduzido em relação às congregações femininas: 100.<sup>4</sup> Seus colégios, destinados à educação segundo os princípios católicos, “uma vez que os institutos religiosos eram considerados como os baluartes do espírito conservador e reacionário, em oposição às reformas sociais exigidas pela sociedade brasileira” (NUNES, 1986, p. 195), traziam consigo a configuração de uma educação católica para a juventude, e, precisamente, para a mulher.

Então, tais escolas tornavam-se estratégias ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano, com objetivo de centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade, constituindo, juntamente com outras instituições católicas, como asilos, creches, bem como o trabalho catequético em geral “canais privilegiados, através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas” (NUNES, 1986, p. 199).

As constantes crises entre Igreja e Estado encontraram seus reflexos na Educação e, precisamente, nas escolas públicas. Os debates sobre o Ensino Religioso assumiam diferentes proporções ideológicas entre a laicidade e o confessionalidade do ensino. O que traz à tona a nossa análise sobre as diversas maneiras pelas quais a escola opera ou reproduz os interesses de determinado grupo, neste caso, a Igreja e o Estado.

A Igreja, na tentativa de consolidar-se diante do novo regime, procurou defender a fé católica, sob a perspectiva de uma reforma moral através da religião. O Estado de Minas Gerais exerceu salutar influência nesta conquista da Igreja pelo Ensino Religioso. Isto porque “a Igreja em Minas tornou-se um campo de provas dos movimentos de ação católica” (SCHWARTZMAN, BOMENY, e COSTA, 2000, p. 72), seja pela considerável presença das congregações, ou pela própria luta contra o laicismo integral do ensino, salientando a importância da educação como meios de atingir fins.

Francisco Campos ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, em 1930, reforçou no âmbito nacional a força política do Ensino Religioso nas escolas, pois via nele o papel para a estabilização do novo governo, o que resultou no decreto de 1931, permitindo o ensino nas escolas públicas. Ele, dirigindo-se ao Presidente Vargas afirma:

*Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V.Excia., determinará a mobilização de toda Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o*

*governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de carácter absolutamente nacional.*

*Sei que V.Excia. tem recebido do seu estado natal representações assinadas por dezenas de milhares de pessoas, pedindo a V.Excia. as suas simpatias em favor da educação religiosa.[...]. Assinando-o, terá V.Excia. praticando talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V.Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas (Arquivo Getúlio Vargas, Gv 31.0418/1).*

Para Campos, o papel da Igreja era importante instrumento em seu projeto político, sua visão voltava-se para a consolidação do novo governo. Esse pensamento relacionava-se com a própria visão que a Igreja tinha sobre o Ensino Religioso: a formação moral do jovem.

A Igreja reclamava a sua exclusão, naquele primeiro momento republicano, das Escolas Públicas que se expandiam pelo país: “jamais se ouviu tanto fallar de moral, como nos nossos tempos, e nunca se fez d’ella tamanho descaso. Nega-se á Egreja o direito de ensinar e de inculcar nos corações os preceitos de Deus” (Correio Catholico, 1924, nº 08).

Esta moral católica compreendia todos os deveres do cristão impostos sobre ele naturalmente, a ciência leiga não era suficiente para formar o carácter da mocidade. Somente a Igreja é capaz de proporcionar este ensino, pois “nenhuma instituição humana, nenhum governo, nenhum paiz demonstrou maior solicitude pela educação do que o catholicismo” (Correio Catholico, 1926, nº 138). Portanto, foi pela defesa da fé, ou pela importante missão que a Igreja desempenhou na trajetória do país, que as suas reclamações pela presença do Ensino Religioso foram constantes, ao mesmo tempo, que baseadas nesta tradição educacional.

Somente com a posse de Gustavo Capanema, em 1934, no Ministério da Educação e Saúde, mudanças mais significativas na educação foram dirigidas à Igreja Católica. Assim, considerado homem de confiança da Igreja, “as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério como parte do acordo geral que, então, se estabelecera entre a Igreja e o Regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos” (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 65), acontecimento este apoiado pela influência de Alceu Amoroso Lima.

Este debate trouxe à tona o papel que a educação exerceria como responsável para atender interesses ideológicos. Por isso, a Igreja se empenhou tanto pela conquista do ensino religioso no espaço escolar. Afinal, a educação, vista pelos liberais foi considerada a “alavanca do progresso”, não seria diferente para a Igreja olhá-la como principal “alavanca” para a sua restauração. Se considerarmos a educação, não somente como meio para a formação de mentalidade e desenvolver a cultura religiosa, católica, no país.

As transformações desenvolvidas por Capanema também alcançaram a educação feminina, sua educação se desdobraria em dois planos: “haveria que proteger a família” ao mesmo tempo em que “haveria que dar à mulher uma educação adequada ao seu papel familiar” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 123). Entendemos que a educação feminina ainda relacionada a sua função natural, para o trabalho doméstico. Ao lado disso, o seu papel social foi afirmado sobre a importância que a família tinha para a sociedade, daí a valorização das virtudes femininas, e do seu papel social ao executar obras sociais.

As palavras de Araújo (1986, p.11), ilustram bem as posições religiosas adotadas como meio de adaptação ao mundo moderno:

*A Igreja Católica conseguiu um moroso e enorme poder de resistir e adaptar-se às mudanças da sociedade. Durante a Idade Moderna e Contemporânea, à guisa de exemplos, ela pôde centralizar ao redor de si quase toda a realidade social, usando para controlá-la seus paradigmas medievais.*

Assim, verificamos que a trajetória da educação brasileira, difundida, preferivelmente, em função de aspectos religiosos, também moldou-se a tais realidades sociais tornando-se instrumento do universo religioso.

Para a Igreja Católica, vista como educadora natural, a sua missão de educar faz parte de um fim maior que é a promulgação de sua fé. Não é em vão o seu empenho em promover a criação de escolas católicas e tornarem-se importantes instituições de ensino, apoiadas e, muitas vezes, mantidas, também, pelos recursos públicos. Isto foi possível a partir da Constituição de 1934.

Por conseguinte, entendemos estes novos tempos como tempo de conservadorismo e rupturas, conservadorismo porque a Igreja procurou na educação um importante meio de controle e estabelecimento na sociedade. Mas, rupturas, porque do mesmo modo pelo qual a Igreja Católica condena o “mundo moderno”, ela avança e se adapta através de características peculiares: “o catolicismo romanizado apresentava-se como moderno, investindo, igual as missões protestantes em colégios e escolas” (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e educação popular, Separata II).

O desenvolvimento de escolas católicas femininas criaram probabilidade para a formação da mulher. No entanto, é imprescindível considerarmos, que abriu caminhos e possibilidades para a atuação da mulher não somente na sociedade, mas principalmente na Igreja.

### **1. A presença das Congregações e a consolidação da educação católica no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.**

A partir da colonização do noroeste de Minas surgiu a necessidade de estradas, “que naquela época, chamava-se ‘picadas e a partir de 1736”:

*Houve abertura de um caminho para Goiás. Iniciava-se em São João Del-Rei, atravessava o Rio São Francisco e a Serra Marcela e ia até o Catiguá, ali iniciou um povoamento, que mais tarde, se tornou o Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio, e se dirigiu a Paracatu [...] (MELLO, 2000, p.13-14).*

Este caminho denominou-se *Picada de Goiás*, e provocou o povoamento da região oeste de Minas Gerais.

À medida que a região se povoava, juntamente com o crescimento de Goiás, os bispos do Rio de Janeiro ficaram impossibilitados de exercer o governo em todo o vasto território de Goiás e Minas. Eles resolveram dividi-la, para se criarem os Bispados de Mariana (em Minas Gerais) e São Paulo, e as prelazias isentas de Goiás e Cuiabá, em 1746 (NABUT, 1987, p.19). A prelazia de Goiás até 1818 esteve sujeita à Diocese do Rio de Janeiro, assim, o Bispo Dom Frei Antônio Desterro do Rio de Janeiro, a governou.

O oeste de Minas (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) pertencia à diocese de Goiás. Em 1896, as treze câmeras municipais do Triângulo Mineiro dirigiram-se ao Papa Leão XIII, solicitando a transferência da região para a diocese de São Paulo, devido aos contratemplos e a distância de Goiás:

*Desde muitos anos que se reclama no Triângulo Mineiro a passagem para a Diocese de S. Paulo, onde pela estrada de ferro que atravessa esta parte de Minas, os negócios inerentes à mitra seriam despachados com a máxima urgência, o que não acontece na atualidade. Não acontece porque sendo a sede do Bispado Goiano na cidade de Goiás, capital daquele Estado, as relações pelo correio são sobremodo morosas pelas dificuldades de vias fáceis e rápidas de comunicação (NABUT, 1987, p.39).*

O pedido solicitado ao Papa mostrava as devidas condições da região para sediar o novo bispado: os municípios Católicos Apostólicos Romanos eram prósperos e possuíam “elementos necessários para sustentar a Diocese em condições as mais elevadas possíveis” (NABUT, 1987, p. 40), além das terras serem cortadas pela Estrada de Ferro Mogiana. No entanto, somente em 1907, onze anos depois, o Papa Pio X atendeu às solicitações de D. Eduardo Duarte Silva, criar a Diocese de Uberaba, constituindo-se de toda a região do Oeste de Minas. Então, recebe suas primeiras obrigações, dentre elas:

*Determinando o Concílio de Trento que em todas as dioceses se estabeleça um Seminário, mandamos que, logo que for possível, abra-se um nesta nova Diocese Seminário, no qual sejam mantidos e instruídos nas disciplinas da Igreja moços que dêem esperança de vocação; e, por meio de um estudo sério e completo, conforme as leis estatuídas, especialmente nestes tempos calamitosos, se lhes infunda o amor a Deus, a imoralidade, e se lhe subministre doutrinas sãs, quer filosóficas, quer teológicas, hauridas especialmente dos ensinamentos do Doutor Angélico (NABUT, 1987, p.43).*

Não é surpresa que, com a nomeação do primeiro Bispo de Uberaba, D. Eduardo Duarte da Costa, transferido de Goiás, em 24 de maio de 1908, providenciou um colégio para meninas em Água Suja e outro em Araguari, entregando a direção destas escolas para às Irmãs Belgas da Congregação do Imaculado Coração de Maria e o “Colégio Regina Pacis” dirigido pelo Padres dos Sagrados Corações de Jesus e Maria. No entanto, “constituiu para a diocese, o patrimônio de duzentos contos de réis, em apólices da dívida pública” (NABUT, 1987, p.46).

A sua preocupação com a difusão de escolas voltava-se para o interior da região como importante meio de evangelização da fé católica, isto incita-o “pela circular de 31 de julho de 1910, a recomendação sobre a criação de escolas paroquiais” (NABUT, 1987, p.39). Veio à tona o vigor e a utilidade pela qual a Igreja via na educação meio para formar a moral e os costumes do próprio cidadão católico.

D. Eduardo exerceu durante quinze anos o episcopado como Bispo de Uberaba. Com a sua retirada, D. Antônio de Almeida Lustosa<sup>5</sup> continuou o seu empreendimento educativo. Em 1925, ele assumiu a Diocese e foi importante líder da restauração católica na região, principalmente em Patrocínio, com a presença da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria por meio de sua ação na formação da Escola Normal N. Sra. do Patrocínio; mesmo diante do seu curto ministério na Diocese: 1925-1928.

Dom Lustosa, antes de chegar a Uberaba já realizara importante currículo educativo: “regeu várias cadeiras no Gymnasio de S. Joaquim, de Lorena. Diretor do estabelecimento Salesiano de Jaboatão, Pernambuco, do Collegio Salesiano de Lavrinhas, São Paulo, e o Gymnasio de Bagé, Rio Grande do Sul” (Correio Catholico, 1925. Dom Lustosa e a Instrução. 01.03.1925, nº 46).

Através do seu vigor eclesiástico, Dom Lustosa percorreu imediatamente a diocese, procurando conhecer suas necessidades. Não foi difícil verificar as carências educacionais

e religiosas na região. Por isso, reabriu o Seminário Diocesano para a formação do clero, estruturando a atividade da Igreja Católica.

Com objetivo de catolizar a população, desenvolveu, os movimentos populares que já estavam atuantes, operou o revigoramento do Apostolado da Oração, criou na cidade de Uberaba a escola de instrução primária para meninos pobres, criou a Associação dos Moços Católicos, remodelou a imprensa católica, que assumiu importante meio de veiculação doutrinária nas manifestações sobre a moral, a educação, e, até mesmo, contra o protestantismo. Finalmente, ainda sobre a educação, incentivou o ensino do catecismo.

A política eclesiástica de Dom Lustosa estava atrelada a uma conjuntura maior em conformidade ao que se passava no país. A região, naquele momento, também se deparava com a presença do protestantismo, o que resultava numa ameaça aos princípios e autoridades da Igreja Católica. No entanto, suas estratégias procuraram estabilizar a autoridade da Igreja, ao mesmo tempo em que revigorava a participação popular neste projeto com a criação de escolas e a participação do povo nos movimentos religiosos.

Sendo transferido para Corumbá em 1929, assumiu o seu lugar o Bispo D. Frei Luiz Maria de Sant'Ana, ingressante da Ordem dos Capuchinhos Franciscanos, que ocupou na Ordem diversos cargos importantes, como "conselheiro e guardião do Convento da Imaculada Conceição, em São Paulo, que lhe deve importantes melhoramentos e a fundação do Externato Imaculada Conceição" (NABUT, 1987, p. 55). Portanto, ele também ampliou o trabalho educacional na Diocese, promoveu a vinda dos Padres Estigmatinos que receberam as paróquias de Ituiutaba e Uberaba; dos padres Capuchinhos, em Frutal e Carmo do Paranaíba, as Missionárias de Jesus Crucificado que abriram a Escola Normal em Uberlândia e as Missionárias de N. Sra. Das Dores em Ibiá.

Portanto, até 1937, verificamos uma ação educacional por parte do Bispado na construção de escolas, principalmente, com o número considerável de Congregações que vieram para a região: Congregações Religiosas Masculinas: Padres da Missão Lazarista (estabelecidos em Campina Verde desde 1828); Padres Dominicanos (Uberaba desde 1881); Padres dos Sagrados Corações (estabelecidos na diocese desde 1925, em Araguari, Patrocínio e Água Suja); Padres Salesianos (Estabelecidos em Araxá, desde 1926, fundaram, em 1931, o Ginásio Dom Bosco); Padres Estigmatinos (Entraram na diocese em 1935, em Ituiutaba e N. Sra. da Abadia); Padres Capuchinhos (Estabeleceram, em 1936, em Carmo do Paranaíba e Frutal. Em 1937, em Patos); Irmãos Maristas (Desde o ano de 1903 mantêm o Ginásio Estadual de Uberaba)

Quanto às Congregações Religiosas Femininas ficaram assim estabelecidas: Irmãs Dominicanas (Estabelecidas, em Uberaba, 1885. Fundaram o colégio de N. Sra. Das Dores); Irmãs do S. Coração de Maria de Berlaar, Bélgica (Dirigem na Diocese dois importantes colégios: Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari, fundado em 1919, e o Colégio N. Sra. Do Patrocínio, fundado em 1929); Irmãs de Jesus, Maria José (Dirigem em Uberaba o Asilo Sto. Antônio desde 1914); Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (Estabelecidas em Uberlândia desde 1933, com o Colégio N. Sra. das Lágrimas, e em Araxá o orfanato, em 1937); . Irmãs Missionárias de N. Sra. Das Dores (Hospital em Patos e o Colégio de S. José em Ibiá).

Este considerável índice de Congregações torna-se significativo para compreendermos a ação educacional da Igreja naquele momento republicano. Tais congregações trouxeram os reflexos das mudanças sociais que desencadearam na Europa e são caracterizadas pelos constantes ministérios voltados para a vida social, como saúde e educação. Então, verificamos que a educação feminina, igualmente, recebe importante atenção com a vinda destas Congregações Religiosas Femininas.



Conforme o pensamento de Nunes (1986, p. 188), estas religiosas “encontram-se situadas socialmente, e suas ações podem dirigir-se à consolidação da situação vigente ou à sua transformação social”, foram conferidas pela própria congregação através da eficácia no alcance social. Isto diferenciou as Congregações dos antigos modelos de vida religiosa. Nos séculos XVII e XVIII, a Vida Religiosa se estruturava de tal forma que cada comunidade religiosa feminina era independente, mas limitada pela influência do clero. Estas não exerciam qualquer atividade fora da área conventual.

Somente a partir do século XIX, devido às mudanças político-sociais, as congregações assumiram o projeto de atuação social. Daí o significado que tais congregações assumiram no país, como estratégia de reforma e restauração da Igreja no Brasil, e o seu papel nos diversos locais da sociedade: Asilos, creches, orfanatos, hospitais e, claro, escolas para atender a formação feminina e crianças. Elas se caracterizaram “por um modo de vida disciplinado, controlado, por exercerem atividade útil à sociedade e por alcançarem certa independência” (NUNES, 1986, p. 192).

### 3. A Escola Normal: Um espaço difusor do ser mulher.

As primeiras escolas normais para a formação de professores no Brasil foram criadas entre 1835 a 1880, sendo oferecidas inicialmente aos homens. Em Minas Gerais, a Escola Normal foi instalada em 1840. Em 1841, ainda faltavam alguns materiais como compêndios e tabelas, que o presidente da província julgava “indispensáveis à prática de novo sistema de ensino”, e acrescenta: “40 alunos estavam matriculados” (MOACYR, 1940, p.79)

A Escola Normal de Ouro Preto passou por constantes improvisações: em 1842, ficou sem exercício do ano letivo; em 1846, foi novamente estabelecida; em 1852, foi fechada. Somente em 1871, ela é definitivamente reaberta. Neste mesmo ano, o próprio presidente da província, Luiz Antônio de Souza Carvalho, já se queixava das precárias condições do ensino devido à ausência de professores preparados:

*Ha leis e regulamentos muito bem escritos, mas na pratica, na aplicação sente-se um grande vacuo preencher, o professorado e a inspeção, e sem estas duas condições essenciais, não ha instrução possível... A criação de escolas normais é de urgente necessidade (MOACYR, 1940, p. 172).*

O propósito da Escola Normal era preparar professores para a escola elementar, vista como capaz de preceituar o processo do saber sistematizado e estruturar o processo ensino/aprendizagem.

Em 1872, o Regulamento do Ensino nº 62 constituiu uma Escola Normal na capital e em outras localidades. O programa destas escolas ficou assim estabelecido:

*O curso será em dois anos com as seguintes matérias: instrução moral e religiosa; gramática da língua nacional; [...] aritmética; sistema métrico e elementos de geometria; noções gerais de geografia e historia, geografia do Brasil, mormente da província; leitura refletida da Constituição do Império; pedagogia e legislação do ensino. Haverá uma aula de desenho linear e outra de musica (MOACYR, 1940, p. 178).*

Neste mesmo regulamento, o presidente ressaltava a presença feminina nas Escolas Normais, onde tal frequência tornara-se comum a homens e mulheres, embora em lições alternadas. Desta maneira, estas escolas constituíram-se como espaço para a

profissionalização feminina, acontecimento este que se expandirá na Primeira República em diferentes contextos nacionais, como em Minas Gerais.

Em 1906, a criação da Escola Normal da nova capital, com a Reforma João Pinheiro: “trata a educação como um dos pilares básicos da República” dirigida “exclusivamente à mulher”, pois sofreram mudanças em seus currículos com a “introdução da disciplina Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulha, cursada apenas pelas alunas” (FARIA, 2000, p. 29).

Embora no decorrer da Primeira República, elas desenvolvessem relevantes papéis na formação da mulher, não eram satisfatórias, pois “dada a insuficiência quantitativa das escolas normais, o encaminhamento das moças aos cursos secundários dos colégios religiosos privados constituía sério obstáculo à profissionalização feminina (SAFFIOTI, 1976, p. 215), pois, propósitos diferentes eram relacionados às instituições laicas e religiosas, quanto à formação da mulher, visto que, enquanto a primeira se responsabilizava pela formação da classe popular, as instituições religiosas privadas se preocupavam com a formação da elite.

Obviamente, um dos fatores que possibilitou a profissionalização da mulher, no magistério foi a necessidade da classe menos favorecida de procurar a instituição escolar (o magistério primário) como meio de sobrevivência, enquanto as filhas da elite, em sua maioria, se preocupavam apenas com o conhecimento cultural estabelecendo a estreita relação diploma e casamento.

Com a crise econômica depois da Revolução de 1930, as filhas da elite procuraram o magistério como profissão, devido aos problemas financeiros de suas famílias.

A Igreja Católica mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias, permaneceu dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Nesse contexto, ela prevalecia com o maior número de escolas femininas. Os seus colégios, por não serem gratuitos, não possibilitavam o acesso às camadas desfavorecidas da sociedade.

A educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)” (MANOEL, 1996, p. 86). O ensino ministrado nas escolas confessionais favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas normais públicas no país.

Observa-se que, durante o período analisado, o objetivo inicial com a criação dessas escolas era preparar culturalmente as filhas dos fazendeiros. As escolas estavam alheias ao mundo do trabalho. Segundo Nosella, a Semana da Arte Moderna e acontecimentos importantes no período republicano não foram debatidos na antiga Escola Normal de São Carlos, tais acontecimentos indicavam mudanças e apontavam para os desafios da modernidade, assunto este, como já nos referimos, que estava longe dos interesses da elite. Reafirmando, deste modo, a junção entre o modelo educativo-conservador católico e os próprios objetivos da elite, pois “todas as congregações católicas que se instalaram no Brasil, do século XIX em diante, empregaram o método jesuítico em sua prática docente [...] essa atitude não era fortuita, mas parte da estratégia católica em sua luta contra a modernidade” (NOSELLA, P. & BUFFA, 1996, p.56).

Esse conjunto de relatos e acontecimentos marcou o início da formação feminina: “Até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira” (NOVAES, 1995, p. 22).

Nessa perspectiva, percebemos que o processo de escolarização que a nova vida urbana cobrava do país acelerou a entrada da mulher nas Escolas Normais, pois o modelo criado desde a colônia já não correspondia às exigências da urbanização brasileira, percebendo que não era mais possível manter a mulher no mesmo estado de ignorância e isolamento. A entrada da mulher para a Escola Normal também está estritamente ligada à demanda do curso primário, devido ao esforço pela democratização da cultura e pela preocupação com o alto índice de analfabetismo da população. A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu somente no século XX, enquanto, na Europa, o século XIX já era palco deste processo.

Tais escolas foram criadas com o intuito de sanar os problemas educacionais, criando possibilidades para o crescimento de formação de professores, fazendo emergir as perspectivas das mulheres atuarem no setor educacional. As professoras formadas nestas instituições confessionais iriam exercer sua função docente nas escolas primárias públicas. As mulheres atendiam às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que, até então, era direcionado aos homens. O magistério, comparado à maternidade, tinha na figura da sua representação a mulher, pois era responsável pela educação dos filhos, sendo a pessoa mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos. Ao contrário dos homens, seres ásperos, rudes, poderiam eles, tirar o gosto pela escola por parte das crianças.

As camadas sociais médias e dominantes não aceitaram com naturalidade que suas filhas exercessem a profissão de professoras. Somente em casos extremos, devido às condições financeiras ou falta de casamento procuravam a profissão, que mesmo assim, era considerada uma vergonha para a família, daí a procura pelas instituições católicas. Para outras famílias, a profissão era um meio de aumentar a renda familiar.

Para alguns autores, o problema da baixa remuneração do magistério está relacionado ao fato de ser considerado apenas uma complementação para a família. Jane Soares de Almeida considera que “quando uma profissão está direcionada para o atendimento da população de baixa renda, o sistema capitalista consegue levá-la a perder sua qualificação profissional e seu poder aquisitivo”. Nesse caso, o magistério primário foi uma profissão exercida pela maioria das classes subalternas. Outros defendem que a desvalorização do magistério se deu pelo fato da feminização do mesmo, argumento este que é refutado, pois quando exercido pelos homens era tido apenas como uma complementação da renda familiar, os professores tinham suas profissões e exerciam o magistério em horas vagas. Por último, há a questão referente à “opressão exercida sobre as mulheres”, esta fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior (ALMEIDA, 1998). Considerando os desafios e obstáculos colocados sobre a profissionalização da mulher no magistério primário, há uma série de estudos que apontam para importância do papel social exercido pela mulher a partir do primeiro período republicano.

Avaliando o projeto educativo católico, no contexto brasileiro, especificamente o regional em Minas Gerais, compreendemos que a Igreja assumiu, de forma significativa, o aspecto educacional. A relevância que as Congregações desempenharam neste período retratava os objetivos da própria Igreja de catolizar o povo através da educação.

Ao percebermos as mudanças que a modernidade trouxe à formação feminina desde o século XVI na Europa e que acentua-se no século XIX com a feminização do magistério. A professora primária, no contexto brasileiro, tornou-se alvo das escolas confessionais católicas, coordenadas por diferentes Congregações Religiosas, especificamente a partir do século XX.

Neste sentido, a educação foi percebida pelo ideário católico como capaz de desempenhar papel de relevo diante destas transformações, que se desencadeavam a partir do período

republicano da juventude católica. Confirmando, assim, a nossa análise: a educação assume relevância na sua função de legitimadora da ideologia dominante, enquadrando-se ao modelo social. É desta forma que a visão de Ramalho (1976), completa nosso pensamento: a “atividade educativa subordina-se a uma teoria da sociedade, que lhe vai fornecer critérios decisivos para a sua ação”. Então, ela fornece modelos de condutas (representações), para que seus alunos correspondam com tais perspectivas.

Este processo é percebido pela Congregação Sagrado Coração de Maria, que instalou-se em Patrocínio por meio do projeto de educação católica feminina, resultando na criação de uma escola primária (1928) e uma Escola Normal (1933).

### Considerações Finais

As Escolas Normais religiosas tornaram-se importantes espaços para a difusão da educação feminina, como o modelo de “mulher ideal”, que correspondia aos propósitos sociais vigentes e foram disseminados por tais escolas.

De certo, os planos educacionais desenvolvidos pela Igreja para a mulher, não deixariam de favorecer a relação entre escola e lar, ao mesmo tempo, as escolas confessionais católicas foram importantes instituições que atenderam à demanda de professoras primárias para as escolas públicas, pois, naquele momento, o sentido de educação estava associado ao desenvolvimento, daí a necessidade e a expansão da formação do povo, que em sua maioria, encontrava-se analfabeto. Ao lado disso, a necessidade da formação de normalistas para atender a este desenvolvimento.

Finalmente, ao analisarmos a consolidação das escolas confessionais, principalmente devido à presença considerável de congregações femininas, entendemos que a educação da mulher constituiu, para a Igreja, projeto de evangelização ou restauração católica na sociedade republicana. Retoma-se aqui a hipótese inicial, a formação feminina correspondeu aos anseios católicos como importante meio de evangelização e interiorização da própria religião naquela sociedade, pelo cultivo e estímulo em defesa da família, pela ordem e a disciplina nesta educação.

### Referências Bibliográficas

#### *Fontes Primárias:*

CAMPOS, Francisco. [Carta] Arquivo Getúlio Vargas, Gv. 31.0418/1. Carta ao Presidente Getúlio Vargas.

MELLO, O. **As Origens Sociológicas do Alto Paranaíba**. Apostila Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio, 2000.

#### *Fontes Secundárias:*

A Moral Católica. Correio Católico, Patrocínio, s/d de 1924, n° 08.

Dom Lustosa e a Instrução. Correio Católico, Patrocínio, 01 de março de 1925, n° 46.

#### *Livros*

ALMEIDA, Jane S. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

ARAÚJO, José Carlos S. **Igreja Católica no Brasil: Um estudo de mentalidade ideológica.** São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal: História do pensamento católico no Brasil.** São Paulo: Paulinas. Vol 2, 1991.

AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar. (Org) **Os Religiosos no Brasil: enfoques históricos.** São Paulo: Paulinas, 1986.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul.** São Paulo: Nacional, 1949.

FERREIRA, José Filipe S. P. B. **A evangelização pela educação escolar: Embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933).** Universidade Federal de Uberlândia: Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), 2004.

LOPES, Eliane M. T. & GALVÃO, A. M. O. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURENÇO, Luís A. B. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861).** Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Geografia (Dissertação de Mestrado), 2002.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo.** São Paulo: EdUNESP, 1996.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias:** São Paulo: Nacional, 1940.

MOURA, Geovana F. M. **Por trás dos muros escolares: Luzes e sombras na educação feminina.** Universidade Federal de Uberlândia: Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), 2002.

MUNIZ, Diva do Couto G. **Um toque de gênero: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892).** Brasília: EdUnB - FINATEC, 2003.

NABUT, Jorge Alberto. **A Igreja em Uberaba:** Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba, Museu de Arte Sacra de Uberaba, 1987.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos.** São Carlos: EdUFSCar, 1996.

NUNES, Maria José F. Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (org). **Os Religiosos no Brasil: enfoques históricos.** São Paulo: Paulinas, 1986.

RAMALHO, Jether Pereira. **Prática Educativa e Sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHMITZ, Egídio F. **Os Jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus.** São Leopoldo: EdUNISINOS, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon., BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

---

\* Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

\*\* Professor do programa de Pós-graduação em Educação / UFU (orientador).

<sup>1</sup> ευαγγελιον = “evangelho”, do grego, que por sua vez significa (notícias boas ou Boa Nova).

<sup>2</sup> Determinou o concílio a ereção de seminários para a formação espiritual e intelectual de futuros sacerdotes. Dirigiu-se, de modo particular aos cristãos, recomendando a recepção freqüente dos sacramentos.

<sup>3</sup> Filhas da Caridade, que se entenderam por todo o Brasil, as Irmãs de São José de Chambéry, na província de São Paulo, e as Irmãs de Santa Dorotéia, no Norte e Nordeste do país. As filhas de Maria na última década do século XIX (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 46).

<sup>4</sup> Soma-se a este crescimento a imigração do país, “ela criou a base social para a implantação de um catolicismo europeizado e romanizado muito distinto do anterior catolicismo luso-caboclo” (Centro Ecumênico de serviços à Evangelização e Educação Popular, Separata II).

<sup>5</sup> Natural de São João Del Rei – MG, bacharelou em Ciências e Letras pelas Escolas de Dom Bosco, de Cachoeira de Campos e iniciou seus estudos com os Padres Salesianos.